

continuação encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselheiros, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Agosto/2017 (R\$/hora) no Brasil: *Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceção e Coordenação Luiz Afonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização*. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da

hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89; em 2017 estes valores foram de R\$ 8.706,45. **10 - Ajuste a valor presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos do aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1,151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos,

receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1,187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contabilidade de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2018.

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM
Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial Supervisão Técnica da Saúde - Vila Mariana / Vila Guilherme que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluídas no resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2018, como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres

Dr. João Ladislau Rosa - Diretor Técnico RASTS VMVG
 de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, influenciam, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM:** Ato Declaratório Nº 77.10/04, Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619

Elaine Cristina Albino Marques - Contadora - CRC 1SP270478/O-0
 de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, influenciam, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM:** Ato Declaratório Nº 77.10/04, Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619

CenturyLink Comunicações do Brasil Ltda.

C.N.P.J.: 72.843.212/0001-41

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Expresso em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial encerrado em Dezembro de 2018 (Expresso em Milhares de Reais)				Demonstração de Resultado	
	31/12/18	31/12/17		31/12/18	31/12/17
Ativo			Passivo		
Circulante	210.834	201.730	Circulante	168.550	184.741
Caixas e Bancos	25.857	39.125	Fornecedores	82.762	114.200
Contas a receber	143.923	120.777	Obrigações sociais	34.227	28.956
Contas a Receber de Partes relacionadas	4.659	3.318	Impostos a recolher	22.219	15.743
Impostos a recuperar	12.382	16.887	Adiantamentos de clientes	29.342	25.842
Outros créditos	15.324	14.465			
Adiantamentos de Fornecedores	1.563	2.390	Não Circulante	589.884	487.071
Despesas do exercício seguinte	7.127	4.779	Financiamentos parte relacionadas - NC	80.976	5.252
Não Circulante	941.795	811.375	Contas a pagar de partes relacionadas - NC	235.533	178.831
Realizável a Longo Prazo	87.214	83.876	Provisão para contingências	117.939	119.155
Imposto de Renda Diferido Ativo	61.755	51.691	Adiantamentos de clientes - NC	155.439	183.833
Contas a receber de partes relacionadas - NC	18.833	25.340	Patrimônio Líquido	394.194	341.293
Despesas do exercício seguinte - NC	584	1.046	Capital social	124.665	97.110
Depósito em caução	6.041	5.799	Lucros (Prejuízos) acumulados	269.529	244.183
Imobilizado líquido	849.543	721.417			
Intangível	5.038	6.083			
Total	1.152.629	1.013.106	Total	1.152.629	1.013.106
Demonstração do Fluxo de Caixa					
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	2018	2017	Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	2018	2017
Ajustes para: Depreciação e amortização	139.969	126.287		226.227	194.985
Provisão de devedores duvidosos	3.423	1.397	Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Provisão para contingências	(1.219)	2.292	Aquisição de imobilizado/intangível	(267.050)	(253.627)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	(10.065)	5.660	Caixa usado em atividades de investimento	(267.050)	(253.627)
Aumento no contas a receber e outras contas a receber	(21.402)	2.427	Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Redução (aumento) em impostos a recuperar	4.056	(4.349)	Aumento de Capital	27.555	77.110
Aumento nas despesas antecipadas	(1.887)	408	Caixa usado nas atividades de financiamento	27.555	77.110
Aumento em outros créditos	(284)	(1.738)	Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(19.268)	18.469
(Redução) aumento de fornecedores	(31.438)	13.307	Caixa e equivalentes de caixa em 1o. de janeiro	39.125	20.656
(Redução) aumento de salários e férias a pagar	5.272	(2.013)	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	25.857	39.125
Aumento (redução) de Adiantamento de Clientes	(24.894)	(3.108)	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(19.268)	18.469
Aumento (redução) de outras contas a pagar	132.426	18.158			
Aumento (redução) obrigações fiscais	(6.476)	(14.557)			
Antonio Roberto Vitor Rena - Representante Legal - CPF 153.786.018-00					
Marcio Batista da Silva - CRC TSP-224.029 - CPF 032.172.228-06					

"As demonstrações financeiras completas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, encontra-se à disposição na sede da Companhia."

Mauá Água S.A.

CNPJ 23.888.452/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2018

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Permanecemos à disposição de V.Sas, para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (em reais)		Demonstração de fluxo de caixa	
	2018	2017	
ATIVO			Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)
Circulante			Fluxos de caixa das atividades operacionais
Caixa e equivalentes de caixa	32,022	1,299	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social
Adiantamento a fornecedor	715,970	715,970	(259.909)
Tributos a recuperar	2,009	14,174	Variações nos ativos e passivos
	750,001	731,443	Tributos a recuperar
			12,165
			(14,174)
			Despesas antecipadas
			35,504
			Fornecedores
			(9,623)
			Salários e encargos sociais
			25,079
			Tributos a pagar
			(67)
			Outros passivos
			(250)
Não circulante			Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais
Imposto de renda e contribuição social diferidos	354,706	266,337	(232.355)
Intangível	757,627	757,627	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos
			Adiantamento para futuro aumento de capital
			207,113
			Aumento de capital social por acionistas controladores
			41,200
			Partes relacionadas
			14,764
			Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos
			263,077
			Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
			30,722
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício
			1,299
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício
			32,022
Total do ativo	1.862.334	1.755.407	Total do passivo e patrimônio líquido
			1.862.334
Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)	2018	2017	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Operações continuadas			Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)
Custos dos serviços prestados e vendas	(126,355)	(449,724)	Capital social
Prejuízo bruto	(126,355)	(449,724)	A integra- acumulada-
Despesas operacionais			Subscrito
Gerais e administrativas	(129,724)	(53,689)	lizar
Prejuízo operacional	(256,079)	(503,413)	dos
Resultado financeiro			Total
Receitas financeiras	390	236	Em 1º de janeiro de 2017
Despesas financeiras	(4,220)	(1,770)	15,667,402
Resultado financeiro, líquido	(3,830)	(1,534)	(14,099,928)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(259,909)	(504,947)	(331,436)
Imposto de renda e contribuição social correntes	2,023	2,023	Em 31 de dezembro de 2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos	88,369	171,488	15,667,402
Prejuízo do exercício	(171,540)	(331,436)	(517,577)
			1,049,897
			Aumento de capital
			41,200
			Prejuízo do exercício
			(171,540)
			Em 31 de dezembro de 2018
			15,708,602
			(14,099,928)
			(689,117)
			919,557

DIRETORIA
Cleber Renato Virgíno da Silva – Diretor Presidente

Contadora:
Juliana Marques de Souza Russo
 CRC SP250996/O-8

"As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia."